

ESTRATÉGIAS DE CONTRAVIGILÂNCIA E RESISTÊNCIA DURANTE AS MANIFESTAÇÕES DE 2013 NO BRASIL

Resumo: Tendo em vista as manifestações de 2013, que ocorreram nas ruas das principais capitais do Brasil, iremos realizar uma cartografia das diversas estratégias de contravigilância e resistência à vigilância governamental produzidas pelos ativistas engajados na mobilização dos protestos. Em junho de 2013, o Brasil viu crescer, exponencialmente, o número de pessoas nas ruas protestando, num primeiro momento, contra o aumento da tarifa do transporte público e, num segundo momento, com pautas variadas. O Facebook se tornou um ator importante nesse processo, pois serviu de lugar para a propagação de ideias, divulgação dos atos e troca de experiências entre os ativistas. Por isso mesmo, transformou-se em uma poderosa fonte de informação para a mídia, em seu trabalho de formular reportagens, e para a polícia, em seu trabalho de ordenar a movimentação nas ruas e combater atos violentos durante os protestos, como depredação de prédios e queima de ônibus. Com a prisão de alguns ativistas, o monitoramento digital realizado pelo governo ficou evidente, provocando medo e fazendo os ativistas se preocuparem com a própria segurança de modo mais efetivo, lançando mão de algumas estratégias de resistência. A partir da análise da conexão entre ativistas e Facebook, de reportagens publicadas em jornais e revistas e de entrevistas com três ativistas, cinco policiais, um jornalista e dois advogados, foi possível cartografar algumas formas de resistência, desde a não participação no Facebook até a formulação de uma cultura de segurança.

Palavras chave: vigilância, resistência, manifestações

LUCIANA SANTOS GUILHON ALBUQUERQUE* ROSA
MARIA LEITE RIBEIRO PEDRO**

Estrategias contra la vigilancia y la resistencia durante las manifestaciones en Brasil 2013

Resumen: Teniendo en cuenta los acontecimientos de 2013, que tuvo lugar en las calles de las principales ciudades de Brasil, llevaremos a cabo un mapeo de las diversas estrategias de contravigilancia y resistencia a la vigilancia gubernamental producida por activistas que participan en la movilización de las protestas. En junio de 2013, Brasil ha visto crecer de forma exponencial, el número de personas en las calles protestando, al principio, en contra del aumento en la tarifa del transporte público y, en segundo lugar, con diferentes agendas. Facebook se ha convertido en un jugador importante en este proceso, ya que sirve como un lugar para la difusión de las ideas, la difusión de las acciones y el intercambio de experiencias entre los activistas. Por lo tanto, se ha convertido en una poderosa fuente de información para los medios de comunicación, en su trabajo para la formulación de informes y la policía en su trabajo para ordenar el movimiento en las calles y combatir los actos violentos durante las protestas, como la depredación de los edificios y autobús en llamas. Con la detención de algunos activistas, la vigilancia digital por el gobierno fue evidente, causando miedo y haciendo que los activistas se preocupan por su propia seguridad de manera más eficaz, haciendo uso de algunas estrategias de resistencia. A partir del análisis de conexión entre los activistas y Facebook, los artículos publicados en periódicos y revistas y entrevistas con tres activistas, cinco policías, un periodista y dos abogados, fue posible mapear algunas formas de resistencia, ya que ningún juego en Facebook para formulación de una cultura de seguridad.

Palabras clave: vigilancia, resistencia, manifestaciones

Strategies against surveillance and resistance during the 2013 demonstrations in Brazil

Abstract: Given the events of 2013, which took place in the streets of the main cities of Brazil, we will conduct a mapping of various countersurveillance strategies and resistance to government surveillance produced by activists engaged in mobilizing the protests. In June 2013, Brazil has seen grow exponentially, the number of people on the streets protesting, at first, against the increase in public transport fare and, second, with varying agendas. Facebook has become an important player in this process because it served as a place for the spread of ideas, dissemination of actions and exchange of experiences among activists. Therefore, it has become a powerful source of information for the media, in their work to formulate reports and the police in their work to order the movement in the streets and combat violent acts during the protests, as depredation of buildings and bus burning. With the arrest of some activists, the digital monitoring by the government was evident, causing fear and doing activists worry about his own safety more effectively, making use of some strategies of resistance. From the connection analysis between activists and Facebook, articles published in newspapers and magazines and interviews with three activists, five policemen, one journalist and two lawyers, it was possible to map some forms of resistance, since no stake in Facebook to formulation of a safety culture.

Keywords: surveillance, resistance, demonstrations.

INTRODUÇÃO

Junho de 2013 ficou marcado na história recente do Brasil como um mês de intensas manifestações nas ruas das principais cidades do país, que se prolongaram por algum tempo. Começaram em São Paulo, mobilizadas pelo aumento da passagem de ônibus e se espalharam rapidamente pelo resto do país, ampliando o número de pessoas nas ruas e das pautas reivindicadas.

Além da participação da mídia mais tradicional, a Internet foi um ator importante nesse processo, pois os atos foram marcados e divulgados por meio de redes sociais, especialmente o Facebook. Debates acalorados, exibição de vídeos, troca de ideias, formação de coletivos e outras tantas ações também tiveram lugar na rede virtual. O ativismo no Brasil parece ter fortalecido sua conexão com a Internet durante esse período. Por isso mesmo, tornou-se um lugar de proliferação de informações interessantes para as outras mídias tradicionais e, principalmente, para as polícias, em seus diferentes papéis.

No Brasil, temos a Polícia Militar que atua no policiamento ostensivo nas ruas e a Polícia Civil, responsável pelo trabalho investigativo. Nesse período, a Polícia Militar foi responsável por acompanhar e garantir a segurança das manifestações nas ruas, enquanto a Polícia Civil investigou a autoria dos atos de depredação de prédios públicos e privados e de incêndio a ônibus.

A Polícia Militar era, tradicionalmente, avisada sobre o trajeto de qualquer ato público. No entanto, nesse período, isso muitas vezes não aconteceu, por uma atitude de questionamento das instituições do governo e porque algumas vezes o trajeto era decidido durante o próprio percurso. Juntamente com um trabalho de infiltração nas ruas e nas assembleias, os policiais acessaram as redes sociais, principalmente Facebook e Mídia Ninja¹, a fim de acompanhar as decisões e obter informações relevantes sobre o trajeto e os manifestantes.

A Polícia Civil, já acostumada a usar o Facebook na investigação de crimes cibernéticos, juntou as informações coletadas na rede com testemunhos de pessoas envolvidas nos atos e mandados de busca e apreensão autorizados pela justiça. Montou um processo que culminou com a prisão de vinte e três ativistas, causando grande comoção e uma onda de medo e paranoia, relatada por eles².

Essas prisões fizeram ampliar nos ativistas a consciência da vigilância exercida pelo governo. Muitos já carregavam certa preocupação adotando táticas seguras de comunicação via Internet, mas a grande maioria parecia bem despreocupada, agindo com bastante liberdade na expressão e divulgação de ideias, fotos e vídeos. Com as prisões, as consequências dessa exposição e visibilidade na rede parecem ter ficado mais claras, gerando a busca de novas táticas de resistência.

ALGUMAS DIRETRIZES TEÓRICAS SOBRE RESISTÊNCIA

Para falar de resistência, entendemos que resgatar Foucault é fundamental, pois é um dos autores que desenvolveu essa ideia em seu trabalho sobre as relações de poder. Em seu pensamento, poder não possui uma dimensão concreta nem se refere a uma substância ou algo que se possui ou se perde, muito menos se remete à ideia de repressão. Poder implica ação, ele se exerce nas relações humanas, inclusive nas mais cotidianas; é uma relação de força, que se refere à “relação em que cada um procura dirigir a conduta do outro” (Foucault, 2010: 277), ou seja, em agir sobre a ação do outro. Poder não quer dizer dominação de um ou uns sobre os outros, como algo que se detém, mas ele se exerce em rede.

Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. [...] O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão (Foucault, 1979: 183/184).

Portanto o indivíduo não é passivo frente ao poder, mesmo sofrendo seus efeitos também o transmite na sua relação com os outros. Por isso não podemos falar de repressão pura e simples,

mas só podemos admitir a existência de relações de poder se os indivíduos forem livres para agir e é na hora da escolha de que ação tomar que podemos observar os efeitos de poder. Sempre existe possibilidade de resistência nas relações de poder. Na medida em que os indivíduos são livres para agir e refletir essas forças que o atingem, várias possibilidades de ação são possíveis, inclusive a resistência à força e a produção de algo novo, não previsto e que se oponha à corrente que predomina.

Para o autor (Foucault, 2010), as relações de poder são móveis e podem ser reversíveis. No entanto, é possível encontrar situações de dominação em que essas relações de poder estão há muito tempo fixadas de modo assimétrico e com uma margem de liberdade mínima. Ainda assim, acredita ser possível criar ações de resistência a essa força.

Desse modo, entendemos resistência como uma força, inserida numa relação de poder, que se opõe a outra força, resistindo à sua ação:

Portanto, para que se exerça uma relação de poder, é preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos uma certa forma de liberdade. [...] Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação -, não haveria de forma alguma relações de poder (Foucault, 2010: 277).

No entanto, resistência não se refere a uma força meramente reativa, dizer não é apenas uma forma de resistir. Dentro do pensamento Foucaultiano podemos apontar para sua dimensão positiva e criativa, que afirma outras possibilidades de ser e estar no mundo. Nesse sentido, entendemos que as estratégias dos ativistas para escapar da vigilância não se configuram apenas como uma reação à ação do governo, mas como uma tentativa de afirmação de outras formas de vivência coletiva e organização política, contrárias à ordenação social predominante.

Como indivíduos, não estamos fora das relações de poder, mas somos atravessados por esse jogo, que Foucault (2004) caracteriza como uma luta. Uma vez dentro, sempre é possível mudar a situação, senão viveríamos sob o jugo da obediência simplesmente. A seu ver “A resistência vem em primeiro lugar, e ela permanece superior a todas as forças do processo, seu efeito obriga a mudarem as relações de poder” (Foucault, 2004: 268).

Se entendermos o monitoramento como uma das estratégias utilizadas pelo governo na tentativa de ordenar o social, ou seja, de dar uma ordem à instabilidade causada pelo questionamento promovido pelas manifestações, podemos resgatar também a reflexão de John Law (1992). O autor sustenta que todo esforço de ordenamento encontra resistências. Toda tentativa de apaziguar as forças em disputa e criar uma ordem ou uma estabilização precisa vencer certas resistências. Dessa maneira, ações de resistência seriam aquelas que oferecem obstáculos e desafios ao monitoramento ou tentariam se opor a ele, encontrando saídas para escapar de seu alcance.

CARTOGRAFIA DAS RESISTÊNCIAS

Nesse exercício de cartografar as estratégias de resistência, criadas pelos ativistas, frente à crescente vigilância digital exercida pelo governo, encontramos algumas práticas. Em primeiro lugar, sempre existe a possibilidade de não ter conta no Facebook.

P: Mas qual divergência, assim, qual razão mais forte você diria para não ter o perfil?

E: Olha, acho que tem tudo a ver com todo esse aparato de vigilância que está se montando dos Estados associados a algumas grandes corporações, no caso o Facebook (Entrevistado 4, ativista)³.

No entanto, essa alternativa traz problemas. Abre-se mão de usufruir das vantagens que essa rede social pode promover, no sentido da comunicação imediata e propagação de ideias, e sempre há a perspectiva de participar da rede contra a própria vontade, quando outras pessoas que possuem perfil postam fotos e informações de si. Dentro dessa ideia, há a busca por meios de comunicação alternativos ao Facebook, como panfletagem, blog etc. A questão é que acabam sendo menos eficientes, pois não têm um alcance tão grande.

Seguindo essa linha de pensamento, outras tecnologias de comunicação consideradas vulneráveis ao monitoramento vão sendo deixadas de lado, para a discussão de assuntos mais delicados. Conversas face a face, sem mediação tecnológica, voltam a ganhar importância num mundo em que o virtual apresenta riscos. Não se abre mão completamente da tecnologia, no entanto uma reflexão sobre como usá-la de modo mais seguro é feita. O conteúdo discutido e a forma como se fala ao usar telefone, e-mail e Internet vai ganhando novos contornos.

[...] é, acho que tem uma preocupação maior com segurança, assim, da informação em geral, né, a gente mesmo passa a ter uma preocupação. [...] por exemplo, coisas que a gente falaria até pelo, pelo, não pelo Facebook né, mas por Telegram, a gente prefere falar pessoalmente (Entrevistado 6, advogado).

Refletir sobre nossa relação com a tecnologia e criar outras formas de conexão com ela também são formas de resistência, que escapam de um caráter meramente negativo. Apresentam-se em seu caráter afirmativo e propositivo de atitudes, que desafiam qualquer tentativa de controle e carregam certa singularidade, apontando para a novidade e a possibilidade de que algo novo surja e surpreenda a ordem estabelecida. Nesse sentido, resistir é afirmar outros modos de existência, outras possibilidades de subjetivação que não impliquem a rejeição à tecnologia, mas possam se conectar a ela de forma criativa, apontando para pontos de fuga a partir de ações que enfraqueçam o controle (Pedro e Chevitarese, 2002).

Outra estratégia utilizada, na medida em que a visibilidade porta certo risco, é buscar a invisibilidade por meio das máscaras, a fim de proteger a própria identidade. Pudemos traçar três sentidos que a conexão entre manifestantes e máscaras assumiu durante as manifestações. O primeiro remete à ideia de disfarce e proteção. Diz respeito a essa busca pelo anonimato, que almeja a sensação de proteção sustentada pela invisibilidade. Num mundo que nos incita à transparência, a exposição de si está cada vez mais naturalizada e a visibilidade tende a nos

deixar vulneráveis e submetidos a uma constante vigilância. Com a multiplicação de tecnologias de captura, produção e circulação de imagens, o uso posterior dessas imagens escapa a qualquer controle, podendo levar a efeitos danosos para os sujeitos. No caso das manifestações, a máscara foi um artifício usado pelos manifestantes para se proteger da vigilância policial, uma vez que certas atitudes poderiam ser consideradas criminosas e a identificação dos autores poderia levar à prisão. Nesse sentido, a máscara se configurou como um obstáculo que fez resistência a esse monitoramento e, por isso, incomodou o governo do Estado do Rio de Janeiro, que conseguiu aprovar uma lei proibindo seu uso⁴.

A busca da invisibilidade vem acompanhada de uma ação para colocar o outro que vigia em cena. Utilizar celulares para fotografar e filmar a atitude de policiais durante as manifestações foi uma forma encontrada de deixar os “algozes” na berlinda, uma vez que tornar o outro visível pode significar torná-lo mais vigiado, controlado, ameaçado e vulnerável. Em muitos momentos, os policiais também saíram às ruas com os rostos cobertos ou sem identificação na farda. O problema, percebido por meio das entrevistas, é que o alvo alcançado por essa dinâmica foram os policiais individualmente, que sofreram as consequências dessa exposição. A instituição e sua forma de atuar, apesar de alguns questionamentos, permaneceram fortes e intactas.

O segundo sentido busca a criação de uma identidade coletiva, tensionando a ideia de que as ações são individuais. É uma forma de não pessoalizar a luta política, de não ligar uma ideia a um indivíduo específico e de diluir o protagonismo individual numa massa. O trabalho da polícia era identificar indivíduos responsáveis pelos “crimes de vandalismo”, enquanto isso, os coletivos envolvidos nas manifestações procuravam diluir a centralidade do poder em sua organização interna, a fim de tornar a ação maior que os indivíduos. Mais uma vez, essa atitude funcionou como resistência ao trabalho policial.

O terceiro sentido aponta para a força de empoderamento que a máscara pode trazer. Ao vesti-la muitos se sentiram confortáveis para agir de forma mais solta, livre e expressiva, o que não quer dizer violenta. Usar máscara produziu diferença na forma de atuar no mundo, possibilitando a ampliação da ação, a adoção de atitudes inéditas e a expressão de emoções de forma mais eloquente. Nesse sentido a máscara não esconde o verdadeiro eu, mas potencializa sua ação. O eu se constrói ao colocar a máscara, que surge como um ator que ajuda a compor uma forma de ser e atuar no mundo. Nessa conexão, o eu e a máscara ganham novos sentidos. A resistência se atualiza, nesse caso, como uma possibilidade de construir uma imagem e uma atuação no mundo mais potentes e menos constrangidas pelas forças de monitoramento. A máscara possibilita ao manifestante operar na visibilidade ao invés de tentar se esconder dela.

Tomar a visibilidade como lugar da disputa política, da defesa de ideias e da afirmação de si pode ser apontado como mais um movimento de resistência. Transformando seu sentido e se apropriando da sua força, o manifestante pode agir se fazendo ouvir ao mesmo tempo em que se protege. Um dos caminhos para isso foi escolher de forma mais cautelosa o que deve e pode ser visto, refletindo e medindo as publicações, por meio de um controle com a exposição no

Facebook, evitando fornecer muitas informações sobre si. Esse é um caminho em que não é necessário abrir mão completamente do Facebook como ferramenta de comunicação, mas que incorpora uma preocupação em fomentar uma cultura de segurança e uma cautela maior com a adoção de determinadas medidas que visam certo anonimato na rede.

As postagens deixam de ser realizadas de modo livre e descuidado, para passarem por uma reflexão e crivo, pontuados por um automonitoramento a partir do que se imagina que a polícia irá considerar como suspeito. A exposição deixa de ser um ato despreocupado para ser atravessado por um cuidado em não fornecer elementos que possam ser transformados em indícios de crime ou que sirvam para contar uma história, que sustente uma acusação formal da polícia.

A ideia da Internet como um lugar onde as pessoas podem navegar livremente, se conectar com um mundo de possibilidades e interagir com uma variedade de pessoas vem sendo problematizada. Por isso não podemos imaginar que as tecnologias possuem um sentido próprio e estável, mas sua ação no mundo, conectada com humanos, vai se transformando e ganhando outros sentidos.

Em entrevista a Antonio Martins (2016), Rafael Evangelista e Rafael Zanatta discorrem sobre as mudanças que podem ser observadas nos últimos tempos. Citam, por exemplo, como o Facebook regula os conteúdos publicados por seus usuários por meio de algoritmos, estabelecendo categorizações do que deve ou não ser mais popular, sem explicitar como esse mecanismo funciona, ferindo certo princípio de igualdade de divulgação de notícias e ideias, que antes caracterizava a Internet. É como se a nossa navegação estivesse sendo cada vez mais regulada e restringida por grandes empresas privadas como Facebook e Google.

O surgimento dos celulares com Internet também é apontado na entrevista como um ator que ajudou nessa limitação da navegação mais livre pela rede, por conta dos aplicativos que restringem nosso espaço de circulação. Outra maneira de exercer certa regulação, apontada na entrevista, é desenvolver algoritmos para capturar a atenção do usuário, para que ele fique cada vez mais preso naquele ambiente. O que leva à questão de pensar o quanto nós limitamos a essas ferramentas toda nossa fonte de informação.

O incômodo com o Facebook, por pertencer a uma grande empresa privada, apareceu nas falas dos ativistas, ocasionando tensões e questionamentos dentro dos coletivos. A procura por outras formas de comunicação sempre é levantada, mas é muito difícil abrir mão dessa rede, pela potência que ela ainda preserva. O Facebook acaba sendo considerado um “mal necessário”.

Outra forma de continuar usando as ferramentas tecnológicas e suas vantagens foi conectando-se a elas a partir de alguns princípios de segurança, como fazer um perfil falso no Facebook ou adotando plataformas mais seguras. É uma forma de usar a ferramenta sem oferecer a contrapartida esperada: grande quantidade de dados pessoais. Dessa maneira, é possível continuar aproveitando as vantagens que as tecnologias de comunicação permitem, mas de uma forma mais invisível ou mais anônima.

Mas aí, curiosamente, no meio das manifestações eu resolvi fazer um *fake* pra justamente poder operar e utilizar a ferramenta Facebook de distribuição de informação, né, e de organização também. [...] Seria uma forma de tentar utilizar a ferramenta, mas sem dar os dados pra ferramenta, sem você participar desse jogo de ter que se expor totalmente ali (Entrevistado 4, ativista).

As dificuldades e desafios desse caminho são a necessidade de um conhecimento técnico sobre a Internet e o custo financeiro muitas vezes envolvido para proporcionar a segurança almejada. Para pensar em estratégias de resistência ao monitoramento digital é preciso conhecer o sistema, estudá-lo, o que demanda interesse e disponibilidade de tempo. Muitas vezes aqueles que têm um pouco mais de conhecimento compartilham o que sabem, a fim de tentar aumentar a segurança digital do coletivo em geral. Além disso, para se munir de ferramentas mais seguras, como utilizar criptografia, é necessário investimento financeiro, o que nem sempre é fácil. De qualquer forma, parece estar no horizonte dos ativistas a possibilidade de encontrar formas de usar plataformas de comunicação mais colaborativas e menos dependentes de empresas privadas, como o Facebook.

Panfletagem, blog, um blog numa plataforma um pouco mais segura, que não dependa de um policial chegar e falar: 'pare, fecha esse blog', aí vai e fecha. Facebook você tem que cumprir. A plataforma, esse pessoal da luta internacional que tem criado essas plataformas pra minimizar isso, dar segurança. Permitir que você faça uso do sistema internacional de computadores, sem ser identificado né, tem a privacidade (Entrevistado 2, ativista).

Eu acho que a gente deve se empoderar de ferramentas mais seguras, buscar comunicações criptografadas, se cercar de questões, que a gente não conseguiu fazer ainda essa transição, porque isso requer investimentos. [...] Eu não vejo, exatamente, uma maneira como um objetivo superar essas ferramentas. De repente, seja possível, no futuro, plataformas que não dependam de multinacionais e de empresas, e sejam plataformas colaborativas que não nos deixe com essa dependência. Seria mais desejável (Entrevistado 5, advogado).

Por fim, alguns entrevistados apontaram os próprios atos nas ruas como uma forma de resistência. Apesar de todo o monitoramento e ações policiais em decorrência dele, como as prisões, há pessoas que resistiram e continuam a apostar nas manifestações de rua como um meio legítimo de protestar. Junto a isso, temos o trabalho de assistência jurídica que alguns advogados e organizações de direitos humanos fazem, ao acompanhar os manifestantes e o trabalho da polícia na rua, como uma estratégia de apoio aos movimentos sociais e às vozes que tentam contrabalançar o discurso mais hegemônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse quadro, acreditamos que as possibilidades de resistência não irão se produzir fora da rede tecnológica. O caminho não parece ser se afastar da Internet e das redes sociais, mas se aproximar, conhecer seus meandros e seus mecanismos para poder construir outras formas de se conectar.

Guattari e Rolnik (1999) já apontavam as habilidades do capitalismo globalizado em capturar tudo aquilo que surge de singular na esfera social e minimizar seu potencial de transformação.

As redes sociais, como o Facebook, são a grande fonte de dados que alimenta a comercialização de produtos e potencializam o poder de ação das grandes empresas e, conseqüentemente, do mercado financeiro. A linguagem e o modelo de negócios têm invadido a vida cotidiana e colonizando espaços.

Durante as manifestações de 2013 no Brasil, foi possível perceber como uma ferramenta relativamente nova de comunicação serviu para potencializar e unir vozes contrárias ao governo para questionar certas práticas, com a mobilização da população para a participação de atos nas ruas. E esse parece ser um legado ainda visível hoje em dia. Alguns entrevistados apontaram para esse potencial de mobilização que se estendeu para além de 2013, mesmo que em menores proporções.

Por outro lado, essa mesma ferramenta foi sendo apropriada por órgãos do governo, a fim de dar instrumentos para um melhor controle da população. Na entrevista a Antonio Martins (2016), Rafael Zanatta e Rafael Evangelista apontam como essa ligação entre governo e tecnologia, ao aumentar o controle sobre a população, vai tornando as práticas sociais menos democráticas, indo de encontro a certo otimismo anterior que apostava na Internet como um veículo de emancipação e desenvolvimento da democracia.

Nesse sentido, a tecnologia pode operar no sentido de alavancar um poder emancipatório, contribuindo para o jogo democrático, quanto pode participar do jogo corporativo e medidas autoritárias. Dentro dos próprios coletivos que participaram da mobilização para os atos de rua, essa é uma controvérsia presente. Pois o Facebook por um lado colabora com a conexão entre as pessoas, a divulgação de ideias e ações, mas por outro provoca ruídos na comunicação que dificultam que decisões coletivas sejam tomadas e que o funcionamento democrático almejado se fortaleça.

Uma das apostas é a criação de plataformas colaborativas em que mais pessoas participem das decisões e formulem as regras de funcionamento, para que isso não fique na mão de um grupo pequeno de proprietários de empresas privadas e governos. O caminho, portanto, não parece ser tentar achar uma possibilidade de ficar fora da rede e das artimanhas da tecnologia, mas se associar a ela para potencializar ações mais coletivas e de resistência à colonização da vida social pela lógica do capital.

NOTAS

* Professora substituta do Instituto de Psicologia/UFRJ; Doutora em Psicologia/UFRJ – luguilhon@yahoo.com.br.

** Professora associada do Instituto de Psicologia/UFRJ; Doutora em comunicação e cultura/UFRJ; rosapedro@globo.com

1. A Mídia Ninja é um grupo de mídia alternativa que ganhou visibilidade durante as manifestações de 2013, apostando numa atuação colaborativa. Funcionou como um espaço bem ativo de comunicação e decisão entre os manifestantes Como eles mesmos se definem: “Somos a Mídia NINJA Narrativas

Independentes, Jornalismo e Ação. Uma rede de comunicadores que produzem e distribuem informação em movimento, agindo e comunicando”. Para saber mais, acesse:
<https://ninja.oximity.com/partner/ninja/about>.

2. Esse trabalho é resultado da tese de doutorado “Facebook, ativismo, vigilância: conexões e controvérsias vividas nas manifestações de 2013” que investigou a vigilância no Facebook durante as manifestações de 2013. Para a pesquisa foram entrevistados 3 ativistas, 5 policiais, 2 advogados e 1 jornalista.

3. P: pesquisadora; E: entrevistado.

4. A lei foi sancionada pelo governador da época, Sérgio Cabral, em setembro de 2013. Para acessar o conteúdo da lei, ver:

<http://alerj1n1.alerj.rj.gov.br/contleisf/4734bd1980be7a2003256b2a0061e644/75394833846e60a583257be5005ec84a?openDocument>

REFERÊNCIAS

Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (2004). Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. *Verve*, 5, 260-277.

Foucault, M. (2010) *Ética, sexualidade, política. (Ditos e Escritos volume V)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Guattari, F., e Rolnik, S. (1999). *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.

Law, J. (1992). Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy, and Heterogeneity”. *Systems Practice*, 5(4), 379-393.

Martins, A. A. (2016, ago, 10). Internet tragada pelo Capitalismo de Vigilância? Rafael Evangelista e Rafael Zanatta, entrevistados por Antonio Martins. [Arquivo de vídeo] Recuperado de: <http://outraspalavras.net/posts/a-internet-tragada-pelo-capitalismo-de-vigilancia/>

Pedro, R. M. L., e Chevitarese, L. (2002). Da sociedade disciplinar à sociedade de controle: a questão da liberdade por uma alegoria de Franz Kafka, em O Processo, e de Phillip Dick, em Minority Report. *Estudos de Sociologia*, 1(8), 129-162.

